



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
REQUERIMENTO Nº , DE 2012.

(Dos Srs. Deputados Fátima Bezerra, Erika Kokay e Policarpo)

Requer a realização de audiência pública conjunta com os servidores do Ministério da Educação-MEC, devendo, para tanto, ser convidado o Exmo. Senhor Ministro da Educação para tratar da criação/organização da Carreira para os Servidores da Administração Direta do MEC.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais desta Casa, requiero a Vossa. Excelência, ouvido o Plenário dessa Comissão, que seja convidado a comparecer a este órgão técnico, **em reunião de audiência pública em data a ser deliberada pela Comissão**, o Senhor Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, para tratar da criação/organização da Carreira para os Servidores da Administração Direta do MEC.

JUSTIFICAÇÃO

Os servidores estão em mobilização constante há sete anos e, por meio de intensas negociações, movimento paredista e ações de mobilização, conquistou o compromisso do presidente Lula em fevereiro de 2006. Infelizmente, até o presente momento os servidores do MEC, administração direta, não tiveram assegurada uma carreira que significasse profissionalização, valorização e ganhos salariais, ainda que o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, partes indissociáveis da gestão da política educacional, tenham conquistado carreiras específicas, ao arrepio da lógica sistêmica que vem fazendo parte das diretrizes dos últimos governos.

Entendemos que os servidores do Ministério da Educação deram e continuarão dando demonstrações de sua força ao reivindicarem melhores condições de trabalho e salário, materializadas e canalizadas na luta por uma organização interna e reconhecimento profissional que esteja de acordo com o significado da Educação como fator determinante para o desenvolvimento do país, como delineia e proclama o governo.

Os servidores do Ministério da Educação, com sua capacidade e grau de organização estão dispostos a travar todas as discussões, com a qualidade política que lhes é familiar, no sentido da conquista de seu plano de carreira, fundamental para o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente de qualidade socialmente referenciada.

Agora, mais do que em outro momento, em que o Ministro reafirma o compromisso com a consolidação de uma política educacional integral, da creche à pós-graduação, tanto mais se torna um interlocutor estratégico, tanto mais se torna alvo de atenção, dentro do absoluto respeito à autoridade pública. O debate proposto, portanto, visa contribuir com a superação da lógica segundo a qual os governos trataram sistematicamente o funcionalismo público como adversário e a Educação como belíssima peça de discurso eleitoral. Para tanto, torna-se fundamental o olhar atencioso e a mobilização do Congresso.

Nos últimos avanços se evidenciam e é necessário retomar as propostas/possibilidades que foram estruturadas, estudadas e devidamente protocoladas na perspectiva de assegurar uma carreira aos Servidores do MEC. Os compromissos para a aprovação do Plano de Carreira do MEC já foram várias vezes firmados por agentes do governo: Presidente da República se comprometeu. Ministro de Estado e seus subordinados também.

É absolutamente conveniente ressaltar que os servidores do MEC são uma parcela essencial e estratégica na construção de um país justo, descente, independente, soberano, com educação de qualidade. Não é aceitável a apartação e marginalização dos servidores do MEC em uma trajetória que pretende assegurar educação pública e de qualidade para todos. A ausência de uma Carreira Estruturada vem tendo como

consequência objetiva uma enorme evasão dos quadros em razão de distorções absurdas na gestão de pessoas no âmbito do Ministério.

Os servidores do MEC são trabalhadores responsáveis pela gestão das políticas públicas para a educação, na qual se incluem os processos de conformação do financiamento, avaliação e pesquisa no âmbito da educação. Queremos uma educação compatível com uma sociedade da informação e do conhecimento e, para tanto, não podemos contar com um quadro de servidores dispersos em algumas nomenclaturas constantes de um plano de cargos instituído na década de 70, com remuneração nada atraente, progressão e crescimento desfocado da profissionalização.

Há que se ressaltar, ainda, que os governos sempre privilegiaram a criação de carreiras para as áreas meio, em detrimento da finalística, sendo este o momento da educação, conforme todos os discursos e iniciativas relevantes que vêm balizando os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma. Frise-se que a questão envolve apenas cerca de 6.000 (seis mil) servidores, entre ativos e inativos, sendo, portanto, o impacto financeiro irrelevante.

Esses são os motivos pelos quais solicitamos o apoio dos nobres pares em sua aprovação na realização da referida audiência, por acreditarmos na necessidade de atendimento do pleito ora exposto.

Sala das Sessões, de de 2012.

DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA – PT/RN

DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF

DEPUTADO POLICARPO – PT/DF